

## BREVE HISTÓRICO DO ESPAÇO URBANO COMO CAMPO DISCIPLINAR

Maria Elaine Kohlsdorf<sup>1</sup>

### O espaço como um aspecto do processo urbano: a multidisciplinaridade

A colocação em prática das idéias progressistas e culturalistas provocou um movimento de crítica ao urbanismo, quase simultaneamente à própria realização de suas proposições. Já em 1910, discutia-se a obra de Patrick Geddes, *Cities in Evolution*, que significa o marco de uma nova maneira de considerar a problemática urbana, e regia-se à arbitrariedade dos postulados urbanistas e ao distanciamento da realidade em que vinha incidindo, sistematicamente, o progressismo. Os países anglo-saxônicos haviam concretizado, diversas vezes, e é aí que se desenvolve a maioria das tentativas de retomar a visão global de fenômeno urbano. É da Inglaterra e dos EUA que vem a expressão *planejamento urbano*, traduzindo certos princípios que caracterizam esta crítica ao urbanismo. A área de conhecimento da cidade passou a identificar-se pelo *planning*, ou seja, a constituir-se de procedimentos racionais que tem como finalidade a preparação de tomada de decisões, estas no sentido de conduzir os processos urbanos para metas e objetivos previamente estabelecidos.

No final da década de 1930, os trabalhos de Lewis Mumford continuaram a obra de Geddes, introduzindo certas posturas que se afirmam contra o urbanismo: um contato direto com a realidade, em estudos teóricos de observação de processos *in loco*, mas visando, principalmente, à predominância da prática. Os conceitos de tempo e História referem-se as criações permanentes, e considera-se a cidade como ponto crítico das relações sociais do nosso século. Desta maneira, caíram por terra alguns sofismas tanto do urbanismo progressista quanto do culturalista: não se especulou, então, com caracteres típicos e universais, e a cidade industrial começa a ser considerada amplamente como uma etapa do processo histórico, ligada tanto a área pré-industrial quanto ao futuro; a perspectiva histórica passa, portanto, a ser caracterizada como irreversível e a significar uma transformação do passado. Associada à definição de cidade a partir de uma realidade histórica, a abordagem do contexto urbano passa a ser realizada segundo uma visão processual, onde aparecem com destaque os aspectos dinâmicos daquele.

Esta atitude, por um lado, conduziu uma avaliação mais precisa da cidade industrial, revelando certas qualidades da mesma; por outro lado, permitiu o desenvolvimento de uma metodologia de investigação da questão urbana fundada sobre conhecimentos sociológicos, tecnológicos, econômicos e mesmo físico-espaciais, que se apóiam na própria História. Entretanto, não se deve esquecer que o conhecimento do fenômeno urbano passa também, como o planejamento, a estar *em função* de ações de intervenção na realidade, abandonando, quase sempre, as pretensões científicas colocadas pelo urbanismo. A cidade tornou-se uma entidade observada à luz de raciocínios que se voltam a definir *problemas* na mesma, e a propor *soluções* para eles, compondo um movimento de controle dos processos urbanos. Esta característica foi fazendo com que o planejamento urbano se afirmasse como instituição intimamente associada ao poder público e, obviamente, com ele comprometida.

---

<sup>1</sup> Fragmento do texto *Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar*, de Maria Elaine Kohlsdorf (In: FARRET, Ricardo L. **O espaço da cidade**. São Paulo: Projeto, 1985).

Enquanto contribuição ao conhecimento das cidades contemporâneas, a característica mais peculiar do planejamento urbano reside na entrada em cena de várias disciplinas; contrapôs-se, desta forma, ao papel especializado que o urbanismo assumiu diante da organização da sociedade industrial.

Entretanto, a forte herança positivista do mundo ocidental coloca vários entraves a que se assuma plenamente a globalidade da questão urbana, principalmente porque tal implica contradizer a própria divisão profissional acadêmica vigente. A multidisciplinaridade no planejamento tem, talvez, procedido exatamente no sentido oposto à busca do enfoque da cidade como uma entidade global, pois tem feito com que a problemática urbana seja objeto de várias disciplinas. Porém, ao receber a colaboração dos sociólogos, historiadores, economistas, juristas, geógrafos, psicólogos, etc., a definição da cidade realizada pela arquitetura entrou, talvez, na maior crise de toda a história desta última. Predominando sobre as tradicionais abordagens de arquitetos, engenheiros e técnicos, comunicaram seus métodos e procedimentos aos profissionais do meio físico-espacial.

Entre o final da *Segunda Guerra Mundial* (1939/45) e da década de 1960, a participação do arquiteto no planejamento urbano é ambígua, como se, abandonando as posturas que o caracterizaram na era pré-industrial e no urbanismo, não conseguisse redefinir seu enfoque do fenômeno urbano, ante a maciça contribuição de outras disciplinas frente ao mesmo objeto teórico. Este fato trouxe como consequência uma paralisação no estabelecimento das bases paradigmáticas da arquitetura; em contrapartida, avançou-se na explicação da questão urbana enquanto fato sociológico, econômico e geográfico, onde o espaço é abordado, coerentemente, como um objeto sujeito àquelas disciplinas. Em outras palavras, estas contribuições localizam-se mais em relação à compreensão da cidade como processo onde o espaço é o *reflexo*, o *resultado* ou o *residual*, e não onde o mesmo é o próprio corte epistemológico.

### **A sociologia e o espaço urbano**

As interpretações sociológicas da cidade surgiram nos Estados Unidos, contemporaneamente ao trabalho de Geddes: em 1916, Park publicou a obra inicial da *Escola Ecológica* ou *de Chicago*, cuja produção de pesquisa abasteceu grandemente a sociologia urbana. Há dois momentos no grupo dos ecólogos: o primeiro é representado pela escola de Chicago e o segundo, que se desenvolve a partir dos anos cinquenta, é conhecido como neo-ecologia. Em ambos, foram transpostos princípios da ecologia para explicar as organizações sociais urbanas, e teve-se como objeto de estudo as relações entre o meio (e não entre o espaço) e a sociedade. A escola de Chicago foi culturalista ao retomar indicadores típicos e ao se vincular à teoria evolucionista das culturas; tais características estão contidas na obra daqueles que são os nomes mais expressivos do movimento: Park, Burgess e Mc Kenzie. A neo-ecologia tem seu marco na obra de Hawley, mas influenciou estudos sociológicos de caráter comportamentalista, principalmente através de Duncan e Schnore. Castells (1974, p. 148-149) refere-se a tais trabalhos como introduzindo aspectos psicossociológicos nos estudos da sociologia urbana, porém de maneira abstrata, sem considerar estrutura de classes ou divisão social do trabalho, e identificando população com organização social.

Paralelamente a estas duas tendências ecológicas na sociologia, desenvolveu-se o *empirismo quantitativo*, exercendo influência na Europa e nos Estados Unidos nos anos cinquenta. Este grupo de estudiosos caracterizou-se por analisar a questão urbana a partir de indicadores mensuráveis e sob uma ótica eminentemente prática; não se obteve, como resultado, produções teóricas de sociologia da cidade,

mas apenas classificações baseadas em certos indicadores (por exemplo, tamanho do espaço ocupado por determinado grupo social). Segundo Reissman (ibid., p. 104), as classificações empiristas oferecem a vantagem apenas de se poder medir, objetivamente, os indicadores que lhe serviam de base, pois se apresentam incapazes de estabelecer claramente a aplicabilidade do indicador aos fatores fundamentais da sociedade urbana.

Ao empirismo dos ecólogos e quantitativos, contrapõem-se diversos cientistas sociais, em esforços por lograr uma teoria sociológica urbana. A estes, chamados por Reissman (ibid., p. 139) de *teóricos de cidade na sociologia*, coube a preocupação em definir o fato urbano pelo seu contrário, o meio rural, destacando-se as proposições de Durkheim, Weber, Toennies, Spencer, e as teorias de Simmel, Davis e Louis Wirth. De uma maneira geral, o estudar-se as relações entre o rural e o urbano como veículo de explicação deste último possibilitou a inserção do fato urbano na globalidade dos próprios processos sociais, porém tais relações não tem sido definidas sem alguma ambigüidade. Existem, nestes trabalhos, certas tendências diferentes e básicas de análise das relações entre o meio rural e o urbano, mas, segundo Velho (1976), em qualquer destas, o aspecto diferenciador entre o rural e o urbano é o aspecto ambiental, e se recai em determinismos ecológicos. Na verdade, seria necessário entender o meio ambiente como natureza historicamente redefinida para determinada sociedade, a fim de que o mesmo pudesse conduzir à compreensão das diferenças entre rural e urbano.

Os estudos teóricos sobre o espaço urbano, realizados pela sociologia, são, na opinião, de Castells (ibid., p. 152), uma simples translação e especificação da teoria da estrutura social, de modo a explicar as características de uma forma social particular – o espaço – e sua articulação com outras formas e processos historicamente dados. Neste sentido, mesmo nos estudos atuais da sociologia urbana, comparece uma dicotomia entre espaço e sociedade, na qual prevalece o determinismo das instâncias analítica dos modos de produção e, geralmente, da economia. O próprio Castells (ibid., ibid.) propõe que se proceda à análise do espaço urbano a partir de sua definição como expressão da estrutura social e através do estudo da sua produção pelos elementos dos sistemas econômico, político e ideológico bem como pela combinação de tais elementos e das práticas sociais derivadas.

### **A economia e o espaço urbano**

O pensamento econômico em relação à cidade explicita-se posteriormente às abordagens da escola de Chicago, mas suas raízes estão em tempos longínquos, nos próprios clássicos da economia (Adam Smith, Ricardo) e na interpretação marxista. Tal explicitação representa um movimento de aproximação ao espaço no plano teórico, podendo-se registrar, nas origens, um interpretação abstrata do mesmo, quando não uma franca indiferença. Desenvolvem-se dois níveis de abordagem, correspondentes à macro e à microeconomia, os quais revelam um impasse disciplinar na medida em que existe, tal como nestas duas últimas, um abismo a separá-los.

A macroeconomia apresenta-se através das *teorias regionais*, transposições das teorias de relações internacionais: podem-se citar três grupos teóricos dentro daquelas: um primeiro formado pelas *teorias neoclássicas*; um segundo composto pelas *teorias keynesianas* (onde encontram-se a Teoria da Base de Exportação e a regionalização do modelo de Harrod-Domar); e um terceiro grupo representado pela *teoria do ciclo do produto de Vernon* (tendo como hipótese básica a igualdade de condições, entre os países desenvolvidos, no acesso aos conhecimentos tecnológicos, e a fraca importância do problema das

transferências de capitais). Esta última teoria representa um avanço sobre as anteriormente citadas, pois, enquanto aquelas não possuíam especificidade espacial, a de Vernon coloca diferenças espaciais nos elementos de análise (como níveis de renda, fonte de informações, reservas de mão-de-obra, etc.).

É, entretanto, segundo Lipietz (1977, p. 104), em nível microeconômico que se situam as elaborações capazes de inscrever a economia de forma material no espaço; desenvolvem-se várias teorias de raízes clássicas e, mais modernamente, algumas críticas às mesmas sob a forma de propostas de novos paradigmas. As teorias clássicas são conhecidas, a nível microeconômico, como *teorias de localização*, e possuem dois momentos fundamentais de interpretação da economia ocidental. O primeiro situa-se em relação ao capitalismo concorrencial, tomando como dados um sistema de preços sobre o qual o agente privado não se distingue por suas decisões, ao contrário do segundo momento, monopolista, onde a divisão social do trabalho tem seu desdobramento determinado pelas decisões dos agentes das firmas que detém os monopólios. As teorias de localização elaboradas em função do capitalismo concorrencial partiram da teoria microeconômica marginalista de Walras e Pareto, e foram incorporando a noção de espaço de formas diversas.

Como um *espaço de localização*, o elemento básico de análise são relações de distância ente os componentes da produção, e suas conseqüências de custos econômicos; o espaço é reduzido as suas coordenadas geográficas (Launhardt, Alfred Weber), interpretado segundo efeitos devido ao cruzamento de processos de produção e de valorização (Isard e as “economias de aglomeração”) ou, reagindo aos pressupostos marginalistas, sendo abordado fora de seus aspectos estruturais (Hotelling e o “jogo do oligopólio”). Estes desenvolvimentos da teoria walrasiana foram criticados por Von Boventer (1962) e por Koopmans e Beckmann (1967), concluindo-se que os modelos de inspiração marginalista não levam em conta a constituição do espaço social, por ser justamente no desdobramento espacial que se manifesta mais claramente a contradição social-privado, esta própria ao modo de produção capitalista (Lipietz, *ibid.*, p. 112-113).

Outra maneira de abordar a questão de localização, na fase concorrencial do modo de produção capitalista, define o espaço como um *campo de tensões*, isto é, não apenas sob o ponto de vista das distâncias, mas como um “continuum” de duas dimensões, onde cada ponto é afetado por um número ou por um quadro de números, como é o caso, por exemplo, dos campos magnéticos. Retomando os antigos estudos de von Thunen sobre renda do solo agrário, Alonso (1967, 1971) apresenta um elemento novo na explicação dos processos sociais de produção em meios urbanos e, ao fazê-lo, introduz de forma explícita a abordagem econômica do espaço urbano. Este autor sugere que se adicione, aos já classicamente aceitos “custos de transportes”, o “preço do solo”. O modelo de Alonso é criticado na obra de Lipietz (1974, 1977), onde se aprofundam os aspectos de renda fundiária urbana: os principais pontos objetos de crítica são os próprios fundamentos epistemológicos, que não levaram então em consideração o fato de que as modificações no processo de divisão econômica do espaço são, em cada momento, efeito da totalidade de instâncias da formação social.

As teorias de localização no capitalismo monopolista adquiriram uma nítida apreensão social, mas não estão libertas de uma atitude funcionalista que supõe, por detrás do desenvolvimento espacial, uma racionalidade mal definida em relação a seus agentes. Baseiam-se em uma abordagem do espaço como *sistema*, como o caso da *Teoria do Lugar Central*, de Losch, Christaller e da escola de Jena. Afirmam estes

que o espaço geográfico humano é estruturado pelas próprias caracterizações econômicas, em uma “rede de sistemas” que qualifica o espaço de maneira funcional e pouco concreta. Esta teoria tem tido ampla aplicação, em que pesem, por um lado, a especificidade dos espaços com que especula (o que implica sérios problemas de generalização) e, por outro lado, uma contradição explícita entre suas pretensões explicativas (Lipietz, *ibid.*, p. 118-119) e seus resultados classificativos. Outra conhecida teoria de localização é a dos *pólos de desenvolvimento*, criada por Perroux e desenvolvida por Paelinck. Ao primeiro deve-se a concepção de um espaço *abstrato*, na medida em que o conceito de espaço deva ser, sempre, relativo aos tipos de problemas propostos; nessa teoria colocam-se com maior clareza as finalidades de compromisso com um equilíbrio social a partir de uma situação econômica “harmônica”, razões estas suficientes para que a mesma tivesse ampla penetração o planejamento urbano. Entretanto, em parte nas suas bases, mas principalmente em seus desdobramentos, a teoria dos pólos de desenvolvimento construiu representações idealistas da realidade.

O enfoque do espaço urbano pela economia comprometeu-se, em resumo, com um conceito matemático, e portanto abstrato, do mesmo: as abordagens do espaço enquanto natureza física limita-se a duas dimensões e portanto a um plano, ou definem-se como atitudes empiristas. A obra de Lipietz (*ibid.*, *ibid.*) assume o processo e conhecimento do espaço como genealogia (*ibid.*, *ibid.*, p. 116), determinada por efeitos da totalidade das instâncias da formação social e, desta forma, é de cunho explicativo. Porém, sua concepção de espaço prende-se a um “[...] espaço socioeconômico concreto (que se apresenta) como a articulação dos espaços analisados, como um produto, um *reflexo* da articulação das relações sociais”. (Lipietz, *ibid.*, p. 22).

Por um lado, tais formulações inserem o conceito de espaço na dimensão global da realidade, e o faz, através deste movimento, um objetivo concreto de conhecimento; por outro lado, entretanto, o corte epistemológico, localizado na socioeconomia, distancia tal conceituação e toda a natureza física que é própria ao espaço urbano.

### **A geografia e o espaço urbano**

Cabe a moderna geografia a busca de paradigmas que irão contribuir, de maneira direta, ao esclarecimento do espaço urbano como área de conhecimento. Até meados da década de 1950 predominava, entretanto, uma abordagem da cidade pela geografia que a considerava de forma isolada, sem preocupar-se necessariamente em estabelecer suas relações com a região que a contém ou com o meio rural. São estudos eminentemente descritivos, sob a influência de Monbelg, onde comparecem coordenadas de sítio físico, dados sobre a evolução histórica do assentamento e sua estrutura interna. Refletem uma ausência total de preocupações teóricas ou explicativas, e são produtos de uma filosofia funcionalista, que caracteriza a cidade através das atividades que nela se desenvolvem (as chamadas “funções urbanas”), sem contudo indagar sobre a gênese das mesmas nem sobre a estrutura social.

Uma primeira mudança nesse quadro disciplinar começa a ocorrer sob a influência da teoria do ligar central desenvolvida na área econômica, e liga-se aos nomes de Tricart e Rochefort, deslocando o enfoque do âmbito intra-urbano para o regional. Este último passa, então, a ser entendido como um conjunto de assentamentos urbanos e de áreas rurais, onde os primeiros constituem os pontos de amarração da estrutura de ocupação do território. Estudam-se certas relações entre as cidades, baseadas nos princípios da referida teoria, e estabelecem-se áreas de influência e hierarquia funcional urbanas. Ocorre, então, uma

clara separação entre dois níveis de abordagem, o intraurbano e o interurbano, a exemplo da dicotomia verificada no caso da macro e da microeconomia, preponderando, nesta fase, os estudos de redes urbanas. Ainda que já expressem um referencial teórico, essa concentração dilui-se em torno a características abstratas que se afastam progressivamente da natureza física do objeto geográfico.

Essa tendência prossegue quando se introduzem técnicas de análise quantitativa, como a teoria dos grafos, análise de regressão, análise fatorial e de agrupamento, recaindo-se em posturas normativas, em detrimento de atitudes explicativas. Tais técnicas nasceram nos EUA e Inglaterra, através de Cole, Gauthier e Brian Berry, mas logo espalharam-se por todo o mundo ocidental. Contudo, passa também a haver um desenvolvimento paralelo de esforços no sentido de tomar conhecimento de teorias urbanas, bem como de desenvolver um corpo teórico próprio; esses, porém, não chegam a caracterizar esta fase tanto quanto o seu sentido prático, ou, segundo alguns autores, pragmático. Dentre estes últimos, Corrêa (s/d) considera que houve então, realmente, um abandono do campo acadêmico para enfatizar estudos diretamente aplicáveis ao planejamento urbano e regional.

A crítica aos estudos clássicos de geografia urbana tem-se pautado tanto em termos de denunciar uma abordagem empirista e, depois, idealista (Walton e Masotti, 1976) quanto de indagar sobre o papel efetivo do espaço nas abordagens geográficas. Neste sentido, Santos (1979, 1979) refere-se a que a geografia, na maioria dos casos, se limitou a considerar o espaço como *cenário* de ações humanas (Févre e Pahl comentam que essa disciplina parte do *solo* e não do *espaço*) e a interessar-se predominantemente pela *forma* dos objetos do conhecimento do que pela sua *formação* (Boudeville, Rodwin, Friedman). Contrariamente, aquele autor procura um marco teórico para o espaço urbano, através de suas características sociais: “Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, comente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial, e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social”. (Santos, *ibid.*, p. 9-10).

### **O espaço como meio ambiente de vivência: bases psicológicas para normas de desenho urbano**

A ideologia de *planning* trouxe certos problemas para a caracterização da disciplina do espaço. Vimos que, sob o planejamento urbano, o espaço das cidades é considerado um objeto principalmente de prática e não de especulação, e as propostas físico-espaciais são formuladas a partir de diretrizes ou planos sócio-econômicos e institucionais. Por conseguinte, o espaço urbano é prefigurado *através* de outros campos disciplinares – quando não é totalmente omitido: por exemplo, a maioria dos trabalhos de planejamento urbanos realizados no Brasil é de caráter predominante ou exclusivamente econômico. Quando existem propostas físico-espaciais, estas se têm constituído em tarefa de uma área que surge nos países anglo-saxônicos, a partir do término da *Segunda Guerra Mundial* (1939/45), e que se conhece como *urban design*.

Trata-se de um campo que envolve geralmente conhecimentos técnicos e artísticos, onde se desenvolvem atividades cognitivas de cunho *normativo*. Em outras palavras, os esforços têm sido aí direcionados visando ao estabelecimento de normas de projeto físico-espacial. As etapas analíticas do

processo de projeção, onde se deveriam ter desenvolvido os aspectos *explicativos*, continuam dependentes de outras áreas de conhecimento, e o espaço, explicado através da sociologia, da economia ou, mais recentemente, da psicologia, e antropologia. As realizações práticas são inumeráveis, no mundo inteiro, e abrangem desde cidades inteiramente novas, bairros residenciais, conjuntos habitacionais, reformas e “cirurgias” nos tecidos urbanos. O compromisso do *designer* moderno não tem sido outro que aquele do urbanista, e se expressa, às vezes, de forma mais contundente, ao consolidar a alteração radical de estruturas sócio-espaciais, como, por exemplo, na segregação de populações de baixa renda através da produção de conjuntos habitacionais. Entretanto, o *urban design* caracteriza-se de forma diferente do urbanismo, na medida em que se abasteceu do encontro multidisciplinar promovido pelo planejamento urbano: o espaço não é mais entendido como um objeto isolado, mas integrado aos demais aspectos da realidade urbana. Procura-se, porém, investigá-lo, como já foi colocado, pelas suas relações com outros planos analíticos. É neste momento que entram em cena contribuições de outras áreas de conhecimento até então desvinculadas da abordagem físico-espacial.

A década de 1950 assinala a presença da reflexão e das atitudes analíticas para com o espaço urbano, e o desenvolvimento com o mesmo por parte da psicologia, da antropologia e da ecologia. Isto ocorre através de uma produção maciça de pesquisas que consideram o espaço em função de sua *relação* com os indivíduos; Choay (*ibid.*, p. 58-73) caracteriza a postura tomada por estas investigações segundo três pontos. Primeiramente, é uma postura humanista, que coloca em crítica permanente os princípios racionalistas, mas que implica, muitas vezes, em uma tomada de posição culturalista; em segundo lugar, contrapõe, à construção de modelos, o enfoque metodológico, este caracterizado pela participação dos usuários na análise e na configuração dos espaços onde vivem. Finalmente, é característica presente, em quase todos os estudos, uma perseguição de relações de causa e efeitos; só recentemente, e em alguns poucos trabalhos, procede-se de forma mais dialética. Contudo, autores como Rapoport (1971), Hilier (1972, 1976) e Hilier, Musgrave e O’Sullivan (1972) afirmam que naqueles está latente, mas ainda não compreendido, o problema dos agentes de configuração do espaço social e, neste processo, como se situa o *designer*. Entre a década de 1950 e meados da década de 1960, as investigações realizadas não explicitaram esta questão, mas voltaram-se predominantemente sobre as relações estabelecidas entre os usuários e o espaço urbano de consumo; se oculta de tais, quase sempre, o processo de produção social que os originou. Desta forma, chega-se quase sempre a resultados insuficientes, para a explicação tanto das relações de uso do espaço urbano pelos seus usuários, quanto para a real definição da problemática dos seus agentes de configuração.

Podem-se agrupar algumas tendências desenvolvidas neste período em torno de dois grandes pensamentos: o *comportamentalismo* e o *psiquismo*.

### **O comportamentalismo**

Sob esta denominação, estamos agrupando os estudos que foram realizados a partir de supostos efeitos da cidade, enquanto espaço, sobre o comportamento humano. De uma maneira geral, estes estudos reduziram a realidade a situações típicas, tanto em termos físico-espaciais quanto como categorias

psicológicas, e não se preocuparam em esclarecer o conceito de espaço, o qual, não raro, dilui-se na noção de meio ambiente. Choay (ibid., p. 65) fala de vários autores comportamentalistas como *urbanistas da higiene mental*, em virtude de sua preocupação com elementos como segurança emocional, que não coincidem necessariamente com condições físicas de higiene, e que seriam fornecidos ou não pelos espaços das cidades aos que o utilizam. O ponto de partida desta tendência são os trabalhos publicados no final da Segunda Guerra, sobre psicologia da primeira infância, ou sobre psicologia social, como os de Anna Freud e J. Bowlby, onde se demonstra que a integração de comportamento humano no meio urbano está ligada à presença de um certo clima existencial.

No estudo da relação homem-meio ambiente urbano, a partir dos comportamentos sociais, os produtos mais sistematizados localizam-se os anos sessenta, ainda que seus precursores estejam na década anterior. Tais trabalhos utilizam-se geralmente de bases empíricas e desenvolvem-se tendo como laboratório cidades norte-americanas: são de 1950 os trabalhos de Festinger e Caplow, onde o meio ambiente físico tem grande relevância no estudo de grupos sociais; em 1951, Baker e Wright concluem que o meio ambiente ecológico não apenas solicita comportamentos, mas é permissivo, aceitativo ou restritivo. Aparecem estudos voltados a conceitos de território físico, a partir dos seus usuários: é o caso de Blumenfeld, em 1953, procurando chegar a uma conceituação de bairro, e o trabalho de Wenner, em 1954, versando sobre a área expressiva e de significações simbólicas na interação homem-meio ambiente. Podem ser citados ainda, nesta década, Gullahorn, em 1958. Os resultados a que se chegou até então são, entretanto, pouco precisos. A metodologia de pesquisa procurou, em geral, adaptar procedimentos da psicologia experimental, voltada incisivamente para os campos fechados, e houve certa insistência dos estudiosos nos princípios do determinismo. Buscaram-se estabelecer relações de causa e efeito, entre espaço físico e indivíduos, a partir de posturas assentes no hipotético papel predominante das condições ambientais sobre um sistema neurovegetativo supostamente autônomo em relação à consciência, e típico em relação às estruturas sociais.

É somente nos anos sessenta que se concentra uma quantidade razoável de estudos comportamentalistas, atingindo-se resultados a permitirem, pelo menos, discussões mais concretas. A influência determinista fez-se ainda sentir nos primeiros trabalhos, mas foi sendo relativizada por outras filosofias. A primeira atitude neste sentido substitui as determinações pelas influências do meio ambiente sobre seus usuários; o chamado *environmentalismo* (a partir de *environment* = meio ambiente) constitui-se, na verdade, em uma variação do determinismo, porque acreditou que os fenômenos físicos, tomados como base das pesquisas, condicionavam o comportamento humano. A segunda atitude representou uma reação ao *environmentalismo* e à teoria evolucionista de Spencer; considerou o meio ambiente como um conjunto de possibilidades e limitações ao homem, o qual possuiria a capacidade de transformar a natureza conforme seus objetivos e conforme as condições oferecidas pela ciência e pela técnica. Este enfoque, conhecido como *possibilista* ou *pragmático*, tem suas raízes no século passado (March, 1860), na ideologia progressista que fez a apologia da sociedade industrial científico-tecnológica.

Em todas estas tendências, há simplificações evidentes nos modelos utilizados, porque não se trabalha com estruturas sociais ou culturais, e porque não se definem os usuários das situações estudadas através de suas características reais, as quais compreenderiam o conceito de classe social. Os elementos de análise são sempre tipificados, e este atributo estende-se, igualmente, aos indivíduos, que passam a pertencer, como homens-tipo, a categorias ideais. Os condicionantes da ação humana sobre a natureza

aparecem sob a forma de custos gerais, impostos por um sistema que não é caracterizado pelos seus aspectos essenciais, mas pelos fenômenos aparentes. Dykman e Rossow, em 1961, foram pioneiros nestas linhas de estudo, às quais se seguiu a crítica dos cientistas sociais como Weber, Broady e Ganz, na segunda metade da década de 1960. Estas críticas ao determinismo exercido pelas influências do meio ambiente sobre o comportamento humano foram confirmadas por outros sociólogos e alguns psicólogos, através de experiências realizadas, primeiro em campo fechado (Richards, Wells), e, mais ao final da década, em campo aberto (Aronof, Michelson). Os resultados constataam algumas influências, especificamente, da configuração do meio ambiente sobre o comportamento de seus usuários, mas não existem ainda condições de aceitá-los como paradigma científico.

Os trabalhos de Jane Jacobs, a partir de 1961, causaram então grande impacto, em parte devido ao seu tom polêmico, mas principalmente por negarem os princípios ascéticos do urbanismo através do elogio à megalópole, às ruas, e à aglomeração; sua principal virtude, no entanto, é haver baseado as teses formuladas em informações sociológicas profundas. Porém, foi nos últimos dois anos da década de 1960 que se estabeleceram constatações suficientemente claras e generalizáveis nos estudos comportamentalistas, primeiro através de Lee (1969), e depois em outros trabalhos que concluem ser o meio ambiente físico muito determinante no comportamento humano. Em 1969, Alexander relativizou bastante esta determinação e permitiu a formulação de uma síntese do desenvolvimento do pensamento comportamentalista até então: "Todo efeito do meio ambiente sobre o comportamento humano é complexo e envolve influências sociais e psicológicas tanto quando as do meio ambiente físico".

## O psiquismo

A conclusão formulada anteriormente introduziu, ao final dos anos sessenta, outras direções ao pensamento que se vinha desenvolvendo sobre o espaço urbano como meio de relações humanas. A nova tendência tem sido conhecida como *psiquismo*, porque aborda estritamente os aspectos psicológicos das relações entre os indivíduos e o espaço urbano. É verdade que este enfoque existiu subjacente a vários estudos comportamentalistas, porém o psiquismo caracterizou-se, por um lado, por situar seus objetivos na área psicológica e, por outro, por haver diluído consideravelmente as influências deterministas. Trabalhe-se frequentemente com categorias e correlações, deslocando sempre o centro de gravidade do objeto de estudo para o eixo da relação, em contrapartida aos elementos desta relação. O meio ambiente definido como meio ambiente psíquico, ou como meio ambiente percebido; considera-se, portanto, a realidade a partir de sua codificação pelos indivíduos. A relação entre estes e o meio ambiente é entendida como uma interação entre ambos os elementos, estabelecida a partir dos sinais de comunicação do meio ambiente e os receptores sensoriais humanos. Em termos metodológicos, têm-se colocado duas alternativas, ambas discutíveis, pois, ou se atuam em campos extremamente empíricos, ou se perseguem resultados generalizáveis através de modelos típicos. Quando trabalhou sobre esta segunda hipótese, o psiquismo recaiu em características do comportamentalismo, e identificou-se com o *probabilismo*, atitude que parte de modelos previsíveis de comportamento. Chega-se, desta forma, apenas a esquemas como resultados de pesquisas, abastecendo a filosofia do ajuste do mundo e da sociedade a padrões fornecidos por elementos típicos.

Dentro do psiquismo, desenvolveu-se o chamado *ecologismo*, que se manifestou como uma tendência dentro daquele sempre que utilizou métodos probabilistas, mas que, outras vezes, inseriu-se

francamente dentro do ponto de vista comportamentalista. Os primeiros trabalhos ecologistas, no início dos anos 50 (Baker e Wright, *ibid.*), apresentam esta última característica, e seguiu-se a eles um período sem outras contribuições no caminho proposto. Foi na década seguinte que se introduziram noções claramente ecológicas no estudo das relações entre os indivíduos e o meio ambiente, através de Rosegren e Devault (1963), Wecker (1964) e Berger (1966), entre outros. Passou-se a considerar o edifício ou a cidade como um *meio*, que interage com outros fatores e que influencia outras interações; tornam-se então correntes noções como de seleção do habitat, do território, etc. Em 1968, Lawton introduziu a hipótese de docilidade do meio ambiente, esclarecendo o impasse do comportamentalismo frente aos diversos modelos de análise utilizados.

A concepção de competência abriu caminho a investigações sobre a estrutura humana e relativizou bastante a influência da idéia de “homem-tipo”; porém, vários anos antes, Ittelson (1960) já colocara que o efeito do meio ambiente sobre os indivíduos seria uma interação complexa e ecológica, e havia introduzido em seus estudos a teoria de sistemas. A abrangência dos trabalhos de Ittelson é enorme, ainda que haja recaído em algumas contradições; promoveu uma classificação de sete áreas de interação homem-meio ambiente que contém a maior parte dos trabalhos ecologistas.

A grande maioria das pesquisas sobre as relações entre indivíduos e meio ambiente desenvolveu-se na *área integrável* (sexta na classificação de Ittelson). Durante os anos sessenta, houve um grande número de trabalhos, realizados sobre temas específicos, mas que partiram de supostas necessidades comuns e essenciais aos indivíduos. Por exemplo, pode-se citar uma série de estudos sobre privacidade, a partir de observações em espaços fechados ou em pequenas frações urbanas: Ittelson e Proshansky (1966), Hall (1959, 1966), Bracey (1964), Kuper (1967), Duffy (1969) e Pastalan (1968). Ou ainda vários estudos sobre a noção de território, onde se observaram principalmente grupos psicopatas ou idosos. Roos (1969), Altman e Hawthorne (1967). Madge (1950), Lowenthal e Prince (1965) e Rainwater (1969) dedicaram-se aos aspectos topológicos fundamentais, pesquisando sempre com grupos homogêneos, tais como escolares, baixas rendas, pessoas idosas.

Entretanto, as investigações que trouxeram maiores subsídios para a prática de projeto de espaços urbanos foram as que se preocuparam com os efeitos da aglomeração e com as chamadas qualidades ambientais. Nos primeiros, formam-se duas opiniões frontalmente diversas: por um lado, De Lauwe (1967) fixa limites absolutos para densidades e populações, e Levine (1962) acredita que a aglomeração gera comportamentos agressivos, no que é seguido por outros autores nos próximos anos. De outro lado, Jacobs (1961), Schmitt (1966), Lee (1968), Wilmott (1962) e Rapoport (1969) iniciam proclamando a relação direta e positiva entre aglomeração e urbanidade, e acabam relativizando a afirmação. Há, ainda, toda uma série de estudos sobre conceitos como promiscuidade, amizade e interação, com resultados igualmente pouco homogêneos. As qualidades ambientais comparecem como um conceito ainda mais flexível; variam de qualidades essencialmente estéticas aos chamados aspectos sensoriais do meio ambiente, pesquisados em rodovias por Tunnard, Pushkarev (1963), Varr e Schissler (1969).

Deve-se qualificar a maioria dos trabalhos ecologistas como tentativas profundas em detectar a real influência do meio ambiente físico sobre o comportamento humano. Embora sua contribuição ao psiquismo se tenha dado através de vias situadas em outra tendência, e ainda que este fato demonstre o quanto

comportamentalismo e psiquismo apresentam áreas comuns, as conclusões deixadas pelo ecologismo representam um avanço na discussão comportamentalista, em termos de relatividade e flexibilidade:

O homem não é infinitamente adaptável, há limites ambientais à sua adaptação, porém estes limites não são fixos nem universais. Os conceitos que servem de base ao estudo dos efeitos do meio ambiente sobre o comportamento humano, como privacidade, orientabilidade, noção de território, longe de serem simples e absolutos, são sempre complexos e relativos, vinculados ao momento histórico (RAPOPORT, 1971. p. 7).

Dentro ainda do psiquismo, delineou-se, há quase trinta anos, uma tendência a enfatizar os *aspectos visuais* do meio ambiente urbano, reagindo as idéias dominantes que, tanto no urbanismo quanto no planejamento urbano, limitaram as estruturas espaciais urbanas a requisitos funcionais, construtivos e econômicos. Os trabalhos dessa tendência procuravam recolocar a questão estética de forma diferente dos culturalistas, como atitude necessariamente existente, em toda relação do homem com a natureza, seja esta primitiva, ou a socialmente transformada. Não se especulou, então, com parâmetros estéticos universalmente aceitos, mas procurou-se investigar sobre qualidades espaciais, partindo do ponto de vista dos usuários de situações urbanas reais. Continua subjacente, entretanto, a preocupação com dimensões psicológicas, colocando-se, não raro, necessidades típicas neste plano como, por exemplo, necessidade de orientação ou de sentimento de lar. Nesta tendência, pode-se reconhecer uma certa bifurcação de caminhos, estabelecida a partir de metodologias e das relações entre teoria e prática: tem-se, por um lado, o caminho das *escolas de bom desempenho* e, por outro lado, aquele das *escolas de análise de percepção*.

As escolas de bom desempenho são também chamadas de *pragmáticas*; surgiram e se concentraram na Inglaterra na década de 1950, retomando a herança do espaço anglo-saxônico que havia sido historicamente diluída por duas guerras e pelo urbanismo racionalista. Gordon Cullen e seu livro *Townscape* (1961) são conhecidos mundialmente, participando da polêmica entre a teoria de desenhos clássica (que propunha a clareza como qualidade-síntese) e a teoria de desenho pictórica, que propunha a complexidade. Mais tarde, essa discussão seria redefinida com bases objetivas, em termos de monotonia e caos, iluminada por subsídios trazidos pela aplicação da psicologia social aos estudos ambientais. Seria, também, enriquecida, colocando-se os significados investigados como dependentes de caracteres de grupo social.

De qualquer forma, mesmo os precursores ingleses deste pragmatismo efetuaram uma análise morfológica detalhada de sítios antigos, e um estudo crítico das realizações tecnocratas como a versão atual do progressismo, chegando a formulação de novos princípios de projetos baseados na análise histórica dos espaços. Seu trabalho conseguiu detectar as qualidades espaciais das antigas cidades, e codificá-las sob novos tipos de espaços, ao contrário, por tanto, dos antigos culturalistas, que propunham a retomada de configurações medievais ou barrocas. A principal crítica que se poderia colocar aos seguidores da escola pragmática é que, quase sempre, seus princípios são colocados como normas de boa qualidade do espaço urbano universalmente aceitas; ignoram-se nesse procedimento, especificidades sociais e culturais, minimizando as potencialidades analíticas do método. Por outro lado, entende-se o arquiteto como aquele que possui poderes de avaliar qualidades espaciais, independentemente de códigos sociais, e de expressar, por síntese sem participação, os anseios dos futuros usuários.

As escolas de *análise de percepção* surgiram simultaneamente às pragmáticas, mas localizam-se inicialmente nos Estados Unidos, e só mais tarde atingiram a Europa Central e a Inglaterra. Através daquelas, começou-se a considerar a percepção como elemento mediador importante entre o homem e o

meio ambiente urbano e a reformular-se o enfoque até então posto em prática: as qualidades e as necessidades não são mais consideradas absolutamente consensuais, mas variáveis entre grupos, culturas e épocas. Os estudos apóiam-se, geralmente, em observações da realidade, empregando métodos experimentais fornecidos pela psicologia e tomando grupos muito homogêneos e espaços bem definidos. Os testes ocorrem primeiramente em campos fechados, mas atingem logo escalas urbanas. A maioria dos trabalhos desenvolveu-se nos anos sessenta e evoluiu durante a década seguinte, fixando certas afirmações que se impõem frente às escolas pragmáticas justamente por se terem embasado pela pesquisa. Podem-se agrupar as principais contribuições dessas escolas de análise de percepção segundo os paradigmas:

1. Qualquer interpretação ou ação sobre o espaço urbano deve ser precedida da ação cognitiva sobre o mesmo, e, nesta, o ponto de partida é a percepção (Winkel, 1969; Shafer e Burke, 1965; Holmberg, 1966; Jeanpierre, 1968; Appleyard, Lynch e Meyer, 1964; Carr e Schissler, 1969; Miller, Galanter e Pribram, 1960; Boulding, 1964; Bruner, 1968). Todos os estudos neste sentido demonstraram a extrema complexidade, variabilidade e relatividade da percepção e do processo cognitivo; há trabalhos onde praticamente afirma-se a incapacidade de se obter dados objetivos a partir de relações perceptivas com o meio-ambiente, precisamente por causa da variabilidade cultural. É o caso, por exemplo, dos trabalhos desenvolvidos por Gould e White (1969), e que são bastante conhecidos por abordarem a questão dos “mapas mentais”.
2. A visão é predominante na percepção, ainda que participem deste fenômeno os demais órgãos dos sentidos e, de resto, todo o organismo (Arnheim, 1965; Rapoport e Kantor, 1967; Southwood, 1969): Os trabalhos de Carr e Schissler (ibid.), de Steinitz (1967), de Sieverts (1968), por exemplo, analisaram certos agentes de configuração espacial, como as atividades humanas; não lograram, entretanto, esclarecer as dúvidas quanto à predominância da forma ou de outras variáveis (como contexto e motivação, por exemplo) no processo perceptivo. O que se poderia concluir de todos estes trabalhos seria o fato de que a relação, entre o que é percebido e o meio ambiente é extremamente complexa [...].

A tendência a enfatizar os aspectos visuais do espaço urbano recebeu ainda outras contribuições que não se inserem plenamente nas escolas que vimos abordando. Algumas das mais importantes ocorreram nos Estados Unidos, onde são retomados alguns conceitos de Bartlett Scholl, escola inglesa, que, nos anos trinta, trabalhava com *imagens mentais* e *esquemáticas* nos programas de ensino de projeto de espaços urbanos. Estes dois elementos passam então a ser considerados como possíveis veículos de detecção de supostas necessidades de configuração por parte dos usuários dos espaços urbanos, e os trabalhos mais conhecidos são os de Kepes (1965) e de Lynch (1960). Deve-se a este último autor a formulação de um caráter específico da percepção da cidade, desvencilhando o espaço urbano do conjunto de abordagens sobre outras questões perceptivas, como a do meio-ambiente, a dos espaços internos e dos grupos de psicopatas, como vinha ocorrendo na literatura sobre o assunto, Lynch afirmou que a percepção da cidade é essencialmente temporal, e que se organiza em função de uma série de vinculações existenciais, práticas e afetivas. Portanto, inovou os métodos correntes de projeto à escala urbana, ao colocar que espaço e tempo são inseparáveis na apreensão da cidade, e que a ordem urbana é uma ordem aberta, suscetível de desenvolvimento infinito. O pensamento de Lynch sobre a cidade e sobre o trajeto em espaços urbanos cristalizou-se na imagem da cidade, como método para interpretar a informação e dirigir a ação do arquiteto.

O problema da imagem do meio-ambiente nasce na época em que a renovação urbana é intensa e profunda, justificando assim uma atitude voluntária e conscientemente voltada para as características visuais da cidade. Embora os estudiosos desta tendência não subestimem a importância da estética, e de certa forma recolocuem este aspecto que a crítica e a prática urbanística do século XX vinham relegando, o

enfoque da questão visual na cidade assenta-se principalmente sobre bases psicológicas. Afirmar-se que existe necessidade de orientação através das chaves exteriores, visuais, fornecidas pelo meio-ambiente urbano, e de certas referências emocionais e efetivas às configurações da cidade. A tendência levou muito longe estas considerações, suscitando críticas quanto à falta de visão global da problemática urbana, desvinculação de caracteres sociais e psicossociais da estrutura social, e empirismo na metodologia.

Os estudos realizados a partir do conceito de imagem foram posteriormente enriquecidos sobre a *simbologia* dos espaços urbanos. Tais investigações realizaram-se a partir de meados da década de 1960 e estendem-se pelos anos setenta, baseadas nos conceitos de territorialidade de bairro, os quais passam a adquirir sentido simbólico. Concorreram para este enfoque do espaço urbano, toda uma série de especulações que se realizavam, então, com grande intensidade, entorno de uma teoria dos signos. Foram desenvolvidas pela linguística e assumiram duas posturas como semiologia e como semiótica. A semiologia lingüística foi divulgada nesta época principalmente através dos trabalhos de Lévi-Strauss e Saussure, nos países de língua latina; sobre estas bases, e com o auxílio de autores modernos como Humberto Eco, produziram alguns trabalhos de análise de espaços urbanos Choay (1965) e Barthes (1964), entre outros. A semiótica tem raízes anglo-saxônicas e foi criada, nas primeiras décadas do século XX, por Charles S. Peirce; na verdade, o trabalho de Peirce (1931) serviu de base também a semiologia, porém esta se orientou pelo estruturalismo e distanciou-se dos princípios lógicos daquela.

Outras tendências filosóficas como o novo criticismo (Ogden, Richards) e o comportamentalismo (através de Dewey e Morris), utilizaram parte da terminologia de Peirce, porém, segundo Bense e Walther (1973), não desenvolveram a teoria original. Os estudos de Bense e Walther (ibid.) retomaram a semiótica de Peirce, formulando uma teoria de signos abrangentes, nas bases lógicas, matemáticas e filosóficas preconizadas pelo mesmo. Estes estudos, aliados à teoria da informação de Maser (1971), indicaram o caminho para uma série de investigações sobre o espaço urbano que se realizaram na Alemanha nos anos setenta, considerando o espaço urbano como sistema de sinais, isoladamente, ou em conjunto com uma estrutura de atividades humanas e de configurações. Algumas vezes, estes estudos procuram explicitamente uma relação entre sistemas de signos e sistemas de configurações, utilizando-se da teoria da Gestalt (Koehler, 1974, Wertheimer, Metzger, 1954); há vários trabalhos, pouco divulgados na América Latina, como é o caso de Trieb (1973, 1974, 1976), Speidel (1973), Sieverts (1968, 1973), Hansen (1977), Kruse (1974) Fox (1975), Thiel e Nitschke (1968), Kiefer (1970) e outros.

Pode-se constatar, na maioria das abordagens do espaço urbano, a partir de suas características visuais, uma referência culturalista que se apresenta ora implícita ora explícita. Por exemplo, Trieb (1974) cita Camillo Sitte como precursor da colocação de metas não materiais (artísticas) nos processos de projeção de espaços urbanos; do mesmo modo suas idéias estão ainda presentes quando se aborda o significado de conjuntos arquitetônicos dentro dos contextos urbanos. Igualmente, na noção de cidade-jardim, tanto de Howard quanto de Unwim, encontram-se os mesmos princípios de originalidade e variabilidade com que se especula atualmente. Na verdade, há certas aproximações entre o contexto histórico da cidade industrial, e o atual ponto crítico no processo de degeneração das estruturas urbanas. Há ainda semelhanças entre a ordem elementar e cartesiana, a ruptura histórica e a aceitação passiva da nova civilização industrial, eliminando a memória da cidade, atitudes em que incidiu o urbanismo progressista e o atual planejamento tecnocrático que incorpora, de maneira mecânica, as descobertas científicas e tecnológicas. Mas, por outro lado, não se podem ignorar as contribuições que nos vêm dos

diversos estudos realizados ao longo da história; embora a área disciplinar do espaço urbano não se tenha ainda estabelecido, esta construção só poderá ser realizada com o auxílio também destes subsídios.

Atualmente, a definição do espaço urbano concentra-se já em uma série de características essenciais do mesmo – como sua natureza simultaneamente física e social, ou como sua historicidade responsável pela indissolubilidade da relação espaço-tempo. É verdade que tais colocações devem-se, em parte, às diversas teorias desenvolvidas dentro do planejamento urbano; através de algumas definiu-se a entidade urbana em bases reais, e colocou-se a cidade como parte integrante de um território social mais complexo e dinâmico. Portanto, a cidade e seu espaço passam a ser compreensíveis apenas a partir da explicação da problemática regional, e segundo uma visão processual. Este fato representa a retomada da idéia de características essenciais do mesmo – como sua natureza simultânea-urbanismo; torna-se necessário, entretanto, não a entende como um campo particular de uma outra ou outra disciplina que explicaria o espaço, mas como a própria realidade histórica, passível de vários cortes epistemológicos, onde a disciplina do espaço é um deles.

Em outras palavras, trata-se de explicar fenômenos e situações reais através de várias abordagens cognitivas, sendo que uma destas é a espacial, com objeto e método específicos. Há, também, mudanças nas relações entre teoria e prática atualmente, no sentido de uma crescente comunicação entre as instâncias de pesquisa e as de projeto. A tendência à observação “in vivo”, trazida pela moderna antropologia e pela etologia, procura consolidar-se diante de uma tradição tecnocrata de trabalhar com dados secundários nas investigações sobre o espaço urbano; debate-se, porém, muitas vezes em malhas empiristas, ou, em outras, afasta-se dos caminhos de explicação dos fenômenos porque se concentra em modelos descritivos. Por tais fatos, é ainda muito cedo para se reconhecer que exista uma Área Disciplinar do Espaço Urbano. A produção de conhecimento acumulada até nossos dias em relação a este objeto nos permite afirmar progressos na medida em que existe, hoje, uma significativa reflexão no processo de projeto de espaços urbanos, e que algumas vezes esta prática produz subsídios teóricos.

## **Conclusões**

Ao longo de nossas considerações anteriores desenvolveu-se, por certo, uma indagação referente ao pensamento sobre o espaço urbano que se exercita e que inspira as práticas de intervenção sobre o mesmo no Brasil. Na verdade, as circunstâncias que originaram as reflexões sobre a cidade e seu espaço em nosso país pertencem ao mesmo modelo que deu nascimento ao campo urbanístico nos países desenvolvidos. Aqui também a industrialização, embora retardada, impulsionou a urbanização, como fórmula de organização do território indispensável à realização das relações de produção capitalista; coerentemente, existe toda uma preocupação das sociedades urbanas quanto às características daquele processo, com a finalidade de se perpetuarem e se consolidarem. Investigar sobre a questão urbana e, mais tarde, defini-la em sua problemática significa tomar consciência de pontos frágeis nesta estrutura de relações, e isto com a função de procurar soluções que restabeleçam o equilíbrio (ainda que o seja de contradições) reprodutor das relações sociais, culturais e de produção. A definição deste quadro teórico no caso brasileiro possui, como primeira especificidade, a própria dependência acadêmica; esta faz com que as diversas tendências no pensamento urbanístico, e depois no planejamento urbano, vinculem-se como efeito quase sempre retardado do que se propunha na Europa e nos EUA. Outra especificidade é que, no

Brasil, o urbanismo antecede ao processo de urbanização como forma irreversível devido à natureza dos vínculos de ligam o país à constelação mundial.

Analisando a questão da contemporaneidade do pensamento urbanístico brasileiro frente aos países desenvolvidos, é curioso observar que há momentos em que não existem defasagens; tal ocorre nas primeiras décadas deste século, mais precisamente entre a criação de Belo Horizonte (1895-1901) e meados dos anos trinta, compreendendo o CIAM e o entrosamento de autores como Le Corbusier com arquitetos brasileiros na nossa arquitetura moderna. Já em 1928, Warchavchik, voltando dos seus estudos na Europa, inovava consideravelmente a arquitetura brasileira em São Paulo, lançando bases modernistas. Em 1929, Le Corbusier passava pelo Rio em viagem a Buenos Aires, e encontrava-se com Lúcio Costa; este relaciona-se com um grupo de jovens profissionais e estudantes de arquitetura, que se vão notabilizar como representantes do Movimento Moderno na arquitetura brasileira: Oscar Niemeyer, Rino Levi, Affonso Eduardo Reidy, Jorge Moreira, Milton Roberto, Carlos Leão. Um pouco mais tarde ocorria a visita de Frank Lloyd Wright, deixando igualmente influências na nossa maneira de pensar o espaço arquitetônico.

O *urbanismo* nasceu no Brasil como herança direta do urbanismo progressista europeu, e através da França, país que já se ligara intimamente à nossa arquitetura através da Missão Francesa no Segundo Império. As características daquele apresentam-se na medida em que o espaço urbano é definido como um fenômeno unicamente físico, que em seu campo disciplinar atuam quase somente arquitetos e engenheiros civis, e que as proposições resultantes tratam o espaço urbano como um grande edifício cujas variáveis são transpostas. Por detrás de tais expressões, existe a mesma ideologia que interpreta a cidade industrial de forma idealista, considerando-a como a única maneira de promover o desenvolvimento e, em última instância, fazendo-se a apologia da técnica. Igualmente, o urbanismo brasileiro não é crítico, é especializado e não questiona a cidade como um processo social; limita-se quase que somente a uma prática sobre princípios e técnicas de projeto à escala urbana, desenvolvidos nos países industrializados.

Em outras palavras, não existe, assumida e explícita, uma atitude de análise dos espaços das cidades brasileiras, e este fato transparece nas propostas de novas capitais como Belo Horizonte e Goiânia; comparecem aí também toda uma série de características do urbanismo racionalista europeu:

O plano (de Belo Horizonte) pode ser considerado um exemplo de urbanismo deste fim de século, por certas características apresentadas: (1) traçado rigoroso da trama urbana que enfatizava a ordem, a harmonia, e a simetria, e propunha romper com a invariabilidade do traçado em xadrez [...] sobrepunham-se duas tramas ortogonais em ângulo de 45°, criando ruas perpendiculares e diagonais; (2) (propunham-se) as largas avenidas em contraposição às antigas ruas estreitas causadoras de problemas viários diante dos novos meios de locomoção e do aumento populacional [...]; (3) previa-se um grande parque municipal central, um jardim zoológico e vários jardins. Consideravam-se [...] aspectos gerais de uso do solo, dividindo-se a área em três setores (urbano, suburbano e rural), mas dando-se especial atenção ao setor urbano [...] especialmente ao centro administrativo [...], onde se previu a localização e o tratamento dos diversos edifícios públicos [...] A parte infra-estrutural – abastecimento de água, rede de água, rede de esgotos, eletricidade e telefone – foi projetada em detalhes, para, entretanto, um crescimento populacional bastante aquém do que veio a ter a cidade anos mais tarde (KOHLSDORF, *ibid.*, p. 50).

[...] o plano (de Goiânia) disciplina também a localização de diversos subsistemas urbanos, dividindo o habitacional por zonas residenciais urbanas e suburbanas que se devem localizar em lugares tranquilos e separados dos centros administrativos e comercial [...], os lotes residenciais são dimensionados de acordo com os índices internacionalmente aceitos então, condicionados por 'iluminação, insolação, boa distribuição interna e aspecto agradável' (KOHLSDORF *ibid.*, p. 52).

O plano de Goiânia, datado de 1939, representa, no entanto, uma certa constatação ao racionalismo do CIAM, e um questionável avanço na maneira de abordar a cidade. O arquiteto Atílio Corrêa Lima incorporou em suas proposições, algumas linhas típicas do pensamento culturalista, como contrariar a chamada “arquitetura dos bulldozer”, isto é; aquela que ignora as características topográficas do sítio:

Todas as ruas e avenidas procuram não contrariar a topografia e foram feitas com a preocupação de não seguirem o maior declive, *salvo nas avenidas e ruas principais* (o grifo é nosso) [...] Da topografia tiramos partido também para obter efeitos de perspectiva, com o motivo principal da cidade, que é o centro administrativo. Domina este a região e é visto de todos os pontos da cidade e principalmente por quem nela chega (“Plano da Cidade de Goiânia”, *Arquitetura* n.º 14, ago. 1963, p.15).

Além destas colocações, o plano de Goiânia introduz atitudes próprias ao *planejamento urbano*, que somente vários anos mais tarde seriam abjeto de discussão, e que ainda hoje são dificilmente postas em prática. Por exemplo, sob o tratamento essencialmente paisagístico, há previsões de hierarquização e dimensionamento de vias. Nos itens referentes a zoneamentos, há preocupações que vão além das funções clássicas da Carta de Atenas, prescrevendo cuidados ecológicos, tanto pela previsão de área própria para indústria (cuja localização condicionava-se pela proximidade a vias de escoamento da produção) quanto pela recomendação expressa de plantio de vegetais e tratamento das reservas contra endemias. Previa-se, inclusive, um sistema de planejamento, como órgão junto à Prefeitura com a finalidade de acompanhar a implementação do plano, e especificava-se, também, a composição interna e as atribuições da Diretoria do mesmo.

Porém, até o fim da última Guerra Mundial, a urbanização brasileira era pouco intensa; o século XX iniciou-se com apenas quatro cidades com mais de 100.000 habitantes (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife), sendo que a população urbana brasileira não ultrapassava 10% da população total do país (na Europa central estava em torno de 50%). Esta última, estimada em 18 milhões. Distribuía-se de forma irregular: uma faixa ao longo da costa, pontilhada por assentamentos urbanos separados por grandes distâncias, e onde se localizavam todas as cidades de grande porte; à medida que se adentrasse o território, a ocupação tornava-se progressiva e extremamente rarefeita. Este modelo de ocupação do território é o legado de mais de três séculos de colonização, sob constantes ameaças internas à unidade nacional. Caracteriza-se por uma evidente descontinuidade, com diferenças regionais acentuadas, definidas não apenas por fatores geográficos, mas principalmente por desenvolvimentos discrepantes das economias.

A supremacia do meio urbano sobre o campo permanece em bases bastante relativas, durante as primeiras décadas do século atual. O poder, na verdade, pertencia a este, seja porque a elite agrária detivesse o poder constituído seja porque as formas produtoras de subsistência e de exportação se localizassem, pelo menos nas suas expressões mais importantes, no meio rural. Por outro lado, o processo de urbanização não contava, como sucederá posteriormente, com o deslocamento de populações para as cidades. Aquelas permaneciam quase sempre em seus locais de origem, em parte porque o meio urbano não apresentava ainda suficientes fatores de atração, mas certamente porque seus vínculos sócio-econômicos com o campo eram solidamente assentes, garantidos pelo domínio dos senhores da terra, que o exerciam tanto sobre esta quanto sobre a mão-de-obra.

Diante deste quadro não se poderiam comparar, como impulsos, as condições sob as quais nasceu o urbanismo brasileiro, àquelas que transtornaram a Europa sob a Revolução Industrial; a conseqüente

urbanização do continente deu origem lógica, no caso, para a reflexão sobre a cidade. Nossas elaborações acadêmicas e práticas em relação ao fenômeno urbano não possuem, até os anos cinqüenta, a envergadura das correntes urbanísticas européias, nem do naturalismo e do antiurbanismo americanos. Esse porte aproxima-se da idade adulta, quando, efetivamente, se criam condições de urbanização no Brasil. Singer (1975, p. 105) comenta que o século XX realizou a substituição das condições de “cidade da conquista” de nossos aglomerados urbanos, cuja capacidade aglutinadora de alguns lhes possibilitou não serem mais elos de transmissão de um sistema de dominação externa. Este fato ocorre quando certas cidades-chave, como Rio e São Paulo, adquirem destaque mercantil sobre amplas áreas rurais; passam, então, a deter todas as funções de denominação, desde a característica de cúpula nacional.

A relação de dependência entre cidade campo inverte-se quando se define o modelo econômico com base nas substituições de importações, segundo três momentos: um primeiro, durante a *Primeira Guerra Mundial* (1914/18), quando se lança o embrião da industrialização brasileira frente à crise mundial das importações; um segundo, a partir de 1930, quando a revolução centralista e o governo de Vargas minimizam o poder dos donos de terras e das oligarquias locais, ao mesmo tempo que asseguram a hegemonia de São Paulo, Rio e Sudeste sobre as demais regiões; e, finalmente, o terceiro momento marca, a partir dos anos cinqüenta, a introdução da indústria de bens de consumo durável, de capital e intermediários, mediante investimento maciço de capital e “know-how” estrangeiros. Ao longo deste processo, origina-se e se acentua incrivelmente o deslocamento de contingentes de populações rurais para cidades onde se localizam parques industriais, como Rio e São Paulo, mas também Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte. Com o dinamismo da demanda por mão-de-obra nos grandes centros urbanos, contrastam as condições negativas do meio rural, por vezes devidas a fatores físicos (terras esgotadas, regiões áridas), mas sempre como conseqüência de estruturas latifundiárias inalteradas.

A criação de Brasília pode ser considerada como resposta aos impasses colocados pelo processo social de organização do território brasileiro nesta época. Embora possuísse antecedentes bastante longínquos, a idéia de transferência da capital para o interior só se consubstancia quando as circunstâncias o exigem, ou seja, no momento em que se constitui em uma solução para o equilíbrio social ameaçado. Na verdade, nossa segunda fase de industrialização havia concentrado no Rio e em São Paulo um volume considerável de contradições sociais e espaciais. A Baixada Fluminense abrigava já então uma força de trabalho em disponibilidade, que crescia assustadoramente em função das migrações internas, sem que, correspondentemente, se desenvolvessem as oportunidades de emprego para essas populações.

Paralelamente, as condições de vida das camadas mais pobres da população pioravam rapidamente e tomavam de assalto sempre novos contingentes. Tais municípios aproximavam-se geográfica e economicamente do Rio de Janeiro, a ponto de, já na década seguinte, se consolidarem institucionalmente como uma Região Metropolitana; ostentavam, portanto, nos anos cinqüenta, seu quadro de vida diretamente à sede do Poder Constituído. Dentro dos limites de percepção física da antiga capital, revelam-se também com uma certa agudeza toda a sorte de rupturas das estruturas urbanas, pressionadas por esse crescimento desmesurado e caracterizado por um total despreparo em relação ao mesmo. Desta forma, a própria divisão inter-regional do trabalho forneceu as condições para que se realizasse a transferência do lugar devido ao Poder Federal. Isto ocorre depois de haver sustentado, ela mesma, a concentração urbana no Sudeste, e requerido a aglomeração maior junto àquele. Alia-se às características citadas, referentes a um pacto social desestabilizado, um certo esgotamento das fronteiras econômicas que

se haviam localizado, durante séculos, junto à costa. Esta conjuntura favoreceu, portanto, as aspirações de interiorização defendidas há muito pelos Estados de Goiás e Mato Grosso e visualizadas como uma das etapas do Plano de Metas do Governo Kubitschek; nesse sentido, Brasília representa um marco no processo de institucionalização do planejamento urbano no Brasil. Lúcio Costa, na parte urbanística, e Oscar Niemeyer, nos projetos dos principais edifícios, deixaram seus nomes ligados à nova Capital do Brasil.

Entretanto, o concurso público do Plano Piloto para a mesma, em 1957, já encontrou amadurecimento profissional, por parte dos arquitetos: dos 26 trabalhos concorrentes, seis receberam premiações, além do vencedor, e envolviam-se nos mesmos arquitetos e engenheiros, como Ney Gonçalves, Baruch, Milman, João Rocha, M. M. M. Roberto, Rino Levi, Henrique Mindlin, Palanti, Vilanova Artigas e Cascaldi. Os princípios do CIAM são quase denominador comum aos trabalhos apresentados, refletindo certamente o pensamento sobre a cidade que se desenvolvia no Brasil da década de 1950. O plano de Lúcio Costa insere-se nesse contexto, estando para nossa industrialização emergente como estavam, em 1930, as proposições da *Carta de Atenas* para a sociedade industrial europeia de então. Desta forma, o plano de Brasília comparece de forma lógica no processo urbano brasileiro, se tomarmos como modelo as etapas cumpridas no cenário europeu.

Tal lógica efetiva-se ainda, quando se considera a correspondência entre industrialização/urbanização x *urbanismo*, regra que não se realizara nas experiências anteriores de Belo Horizonte e Goiânia. Porém deve-se, ainda, não esquecer dos Planos Diretores, desenvolvidos no Rio Grande do Sul, na primeira metade do século. A esse pioneirismo une-se aquele que se refere à criação do primeiro curso de Urbanismo do Brasil, em 1947, em Porto Alegre. Ambos os fatos correspondem, entretanto, a um processo de urbanização peculiar, dentro do país, caracterizado por um certo equilíbrio favorecido pelo desenvolvimento gerado pela economia pecuarista e pela imigração europeia.

A terceira fase de industrialização no Brasil introduz aqui o processo de metropolização: o projeto do II PND, datado de 1974, reconhece oficialmente nove Áreas Metropolitanas, onde se localizam cerca de 45% da população urbana do país que, a esta época, já possuía mais da metade (59%) de seus habitantes morando em assentamentos urbanos. Esta extrema concentração é explicada por Geiger (1972, p. 421) em função da localização industrial que, no Brasil, ocorreu dentro dos limites físicos dos grandes centros, beneficiando-se de fatores de aglomeração, dentre os quais a mão-de-obra migrante. Comparada aos países desenvolvidos, entretanto, a concentração urbana brasileira só é significativa quando considerada dentro do contexto de ocupação do nosso território, onde as grandes extensões são pouquíssimo povoadas; por exemplo, a área ocupada pelas nove regiões metropolitanas representa cerca de apenas 0,5% da extensão nacional.

Em resumo, os resultados do processo de concentração demográfica e econômica em nosso país expressam-se, hoje, na acentuação de desequilíbrios de distribuição populacional e de economias regionais, reforçando o antigo modelo colonial. Está também presente, de forma clara, nas estruturas internas dos espaços de nossas cidades, que foram passando por contínuas degradações, que inicialmente assolaram os grandes centros, mas que hoje são comuns à maior parte de nossas sedes municipais. As altas taxas de crescimento urbano encontraram, por um lado, estruturas totalmente incapazes de fazer face a aumentos súbitos de demanda, como é o caso das redes de abastecimento de águas e esgotos

sanitários, do sistema viário, das habitações. Tornados insuficientes, estes equipamentos passaram a ter acesso selecionado, situação que se tem agravado sempre, pois as condições de absorção da força de trabalho (número de empregos e distribuição das rendas) não permitem que aqueles se coloquem ao alcance da maior parte das populações.

Por conseguinte, a estratificação social consolidou-se como característica marcante do espaço urbano brasileiro. Atualmente, este modelo adquire configuração própria, em termos de uma periferização progressiva, onde se localizam as rendas mais baixas e que, no início dessa terceira fase de industrialização, caracterizava-se mais como invasões (inclusive em locais próximos ao centro urbano) do que como loteamentos. Hoje em dia, a segregação social nos espaços urbanos brasileiros assume configuração que é típica não apenas das grandes cidades, mas comum a qualquer escala. Esta forma compara o crescimento do tecido urbano a loteamentos periféricos de baixa densidade, incorporando, a esta modalidade, a qualificação do solo urbano como um bem de valor eminentemente de troca. A questão da renda fundiária, que durante séculos, tivera sua expressão vinculada exclusivamente ao meio rural, passa a ser elemento definidor do espaço urbano. Tal mudança marca, definitivamente, a inversão da dependência entre cidade e campo, mas não se constitui em um momento isolado. É, antes de tudo, um processo que se apresenta no Brasil em franco desenvolvimento. Porém, enquanto nos países de industrialização antiga ele data do princípio do século XIX e se caracteriza por acompanhar durante quase 200 anos a evolução das transformações nas relações de produção, no caso brasileiro o fenômeno logrou, em meio século, atingir um estágio monopolista.

Tais definições de tendências, tanto na organização do território brasileiro quanto nas estruturas intra-urbanas, suscitaram ações no sentido de minimizar suas conseqüências, muito embora aquelas viessem tardiamente. Já na década de 1960, situa-se um série de iniciativas acadêmicas (nas universidades de São Paulo, por exemplo) e corporativas (como no caso do Instituto de Arquitetos do Brasil) que procuram colocar a questão urbana como *processo* e como objeto de várias disciplinas. É, entretanto, apenas sob um sistema de poder mais fortalecido que se realiza a institucionalização do tratamento dos problemas urbanos. O SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO – SERFHAU e o BANCO DO BRASIL DA HABITAÇÃO – BNH são criados em 1964, repartindo, com as tarefas de planejamento urbano objetivos econômicos vinculados as novas diretrizes da política nacional. A consideração da questão urbana em termos de política específica tende a efetivar-se na COMISSÃO NACIONAL DE ÁREAS METROPOLITANAS E POLÍTICA URBANA – CNPU (1974), que foi substituída pelo CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CNDU em 1979.

Todos esses esforços dirigem-se para uma caracterização das situações como *problemas*, para os quais se deveriam procurar soluções. É a ideologia do *planning*, fazendo eco às correntes européias e norte-americanas que, como vimos, nasceram sob o *New Deal* do pós-guerra; naquela época, aliás, se havia iniciado no Brasil uma série de ações de planejamento, algumas delas sob a forma de acordos de guerra realizados com os EUA. Referiam-se estes, entretanto, a questões de crescimento da economia em si, onde compareciam envolvidos, por vezes aspectos urbanos setoriais e geralmente infra-estruturais. Por isso, costuma-se considerar como marco institucional do planejamento urbano no Brasil a criação do SERFHAU, mesmo porque este ato desencadeou uma série bastante significativa de experiências, inicialmente sob a forma de PLANOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO – PDLI, abrangendo um grande número de cidades de pequeno e médio portes, e não apenas os centros mais populosos.

Nossa experiência de Planejamento Urbano é, portanto, muito recente, ainda que suficientemente volumosa e contraditória para alimentar discussões. Deve-se porém inserir nessas conclusões um aspecto que, se por um lado define fortemente o planejamento urbano que se estuda e se pratica no Brasil, por outro lado deveria, em si, ser objeto de maiores atenções. Trata-se da extrema dependência externa de nossa produção de conhecimento; embora isso não se constitua em um fato novo na história dos estudos urbanos brasileiros, não pode deixar de provocar preocupações principalmente quando se atravessam momentos decisivos em nossa formação social. Uma conseqüência dessa característica é palpável, por todos aqueles que se envolvem com a questão urbana no Brasil; a aplicação indiscriminada de métodos e técnicas desenvolvidos para contextos totalmente distintos tem, quase sempre, conduzido a construções intelectuais de objetos completamente ideais. Trabalha-se assim, não raro, com elementos bastante distantes da realidade, e as medidas propostas, em decorrência, pouco se aplicam a situações objetivamente existentes.

Outro aspecto a ser encarado refere-se à conhecida ausência de tradição de pesquisa sobre as cidades brasileiras; esta questão deveria explicitar-se, pois a carência reside, na verdade, na abordagem do espaço das mesmas. As últimas duas décadas têm precipitado uma produção de conhecimento maciça e valiosa sobre a questão urbana a partir da economia e da sociologia, onde a cidade é abordada como um objeto econômico e como um fato social. Evidentemente, o espaço aí não se constitui em objeto de trabalho e é, no máximo, considerado como uma expressão. De forma semelhante tem procedido, mais recentemente, a política, a antropologia e as ciências ligadas à administração e à gerência; as especulações que mais se aproximam ao provável campo disciplinar da arquitetura nos vêm da moderna geografia, a partir de autores como Milton Santos (1979, 1980). A falta de pesquisa arquitetônica ou a sua discutível inserção no campo disciplinar pretendido, ao observar a questão urbana, a fruto de impasses disciplinares de abrangência universal, conforme vimos observando no decorrer do presente trabalho. No Brasil, este fato associa-se a problemas advindos de sua trajetória histórica, que ainda não permitiu o traçado de caminhos próprios para nossa ciência.

## **Bibliografia**

- ALEXANDER, Ch. *Major changes in environmental form required by social and psychological demands*. In: **EKISTICS**, vol. 28, n°165, ago. 1969, p. 78-85.
- ALTMAN, I. C. et al. *The ecology of isolated groups*. In: **BEHAVIOURAL SCIENCE**, vol. 12, maio 196, p. 169-182.
- ARNHEIM, R. **Art and visual perception**. Berkeley, 1965.
- ARONOF, J. **Psychological needs and cultural systems**. New Jersey: Princeton, 1967.
- BARKER, R. G. et al. **Midwest and its children**. Illinois, Evanston, 1959.
- BARTHES, R. *Elements de semiologie*. In: **COMUNICATIONS**, n° 4, 1964.
- BERGER, B. M. *Suburbs, subcultures and the urban future*. In: WARNER Jr., S. B. (ed.) **Planning for a nation of cities**. Cambridge (USA) 1966.
- BENÉVOLO, L. **Origenes de la urbanistica moderna**. Buenos Aires: Tekne, 1967.